



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/06/2016 - Convergência Digital

# Em tempos de TACs, multas da Anatel despencam pelo segundo ano seguido

Em tempos de acordos para a troca de multas por promessas de investimento, a Anatel está nitidamente reduzindo o ritmo de aplicação de sanções nas operadoras de telefonia. Em valores anuais, 2015 marca um recuo para o padrão anterior a 2010.

Foram R\$ 123 milhões de multas aplicadas no ano passado, número 73,7% abaixo de 2014, por sinal ano que também viu o volume de sanções ser reduzido em 76,7%. “Essa redução no valor constituído é resultado das negociações relativas aos TACs, que suspenderam a aplicação de multas para os processos em discussão”, explica a agência em seu relatório anual de 2015.

O documento, apresentado nesta sexta-feira, 10/6, ao Conselho Consultivo da agência, indica que ao longo de 2015 a Anatel constituiu 3,9 mil multas, uma quantidade grande mas que em volume financeiro somou R\$ 123,2 milhões – bem abaixo dos R\$ 469 milhões do ano anterior.

A mudança de rota veio em 2013, ano que bateu todos os recordes em multas na Anatel: R\$ 1,98 bilhão. Tratou-se, vale ressaltar, do ápice de uma elevação que começou em 2010, quando o volume de multas quase triplicou, passando de R\$ 91 milhões para R\$ 267 milhões. Em 2011, novo salto, para R\$ 647 milhões. Em 2012, R\$ 1,02 bilhão.

Segundo a Anatel, a alta se deve ao reforço dos

quadros da agência por concurso e a implantação de uma força tarefa com o objetivo de limpar as gavetas e eliminar o passivo, medida complementada por uma revisão do sistema de aplicação de sanções.

Isso durou até dezembro daquele 2013 recordista, quando a Anatel aprovou o regulamento para os termos de ajustamento de conduta, ou seja, o roteiro para os acordos de troca de multas por investimentos. O primeiro a ser aprovado pela agência, em meados de maio, foi relativo a uma leva de processos da Oi envolvendo R\$ 1,5 bilhão em multas.

A mesma empresa ainda tem outros casos pendentes de acordo que circundam os R\$ 4 bilhões. Além disso, as demais empresas também submeteram seus pedidos de negociação – segundo o relatório, eles somavam 32 pedidos de TAC ao fim do ano passado, mas são 33 em curso atualmente, segundo indicou a superintendente executiva da Anatel, Marilda Moreira, ao Conselho Consultivo.

Mas se os valores são expressivos, a cor do dinheiro é fugidia. Como explicado pela própria Anatel, “desde o ano 2000 a agência constituiu 54,6 mil multas com valor total de R\$ 5 bilhões. Desse valor, foram arrecadados R\$ 709,7 milhões” – ou seja, foram pagos apenas 14% do total. Do restante, R\$ 2,3 bilhões estão pendentes na Justiça, enquanto R\$ 2 bi estão no cadastro federal de inadimplentes, Cadin.

### Variação dos valores das multas constituídas e arrecadadas nos últimos anos (em R\$ milhões)



Fonte: Anatel - Relatório Anual 2015

10/06/2016 - Telesíntese

## TIM conclui venda de mais um lote de Torres

Negócio é quarta etapa de venda de mais de 6 mil torres para a norte-americana American Tower

A operadora brasileira TIM vendeu mais 270 torres usadas para a instalação de suas antenas de telefonia móvel para a American Tower, e vai receber R\$ 109 milhões. A transição é continuação do negócio selado em novembro de 2014, que prevê a venda de 6.481 torres para a empresa norte-americana. Do total, a TIM já vendeu 5.483 torres e angariou R\$ 2.498 bilhões. O dinheiro será reinvestido, segundo a operadora, que diz acreditar em concluir a venda de todas

as torres ainda este ano.

Ontem a TIM divulgou, também, o valor dos dividendos que serão pagos a acionistas que tinha papéis da companhia em 12 de abril deste ano. Cada acionista receberá R\$ 0,193624205 por ação. Ao todo, serão distribuídos R\$ 468,6 milhões em dividendos, que se referem ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

11/06/2016 - Telesíntese

## Terceirização irrestrita coloca prestação de serviços públicos em risco

Aprovação do PLC 30/2015, que regulamenta terceirização irrestrita, pode levar à estagnação e sucateamento do serviço público



– O projeto de lei complementar 30/2015 (antigo PL 4.330), em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta a terceirização irrestrita, também para as atividades-fim, deve trazer impactos negativos para os serviços públicos, como de concursos para a

contratação de novos servidores, que seriam substituídos por terceirizados.

Em entrevista à Rádio Brasil Atual nesta sexta-feira (10), o presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo (Fetam/CUT), Luciano Nascimento, diz que o PLC 30 representa ataque direto aos direitos dos trabalhadores, e que a aprovação da proposta pode representar estagnação na contratação de servidores e a não realização de concursos, que só seriam realizados para a reposição de trabalhadores aposentados. Ele teme que, com isso, não será possível atender demanda da sociedade por mais e melhores serviços.

Confira a entrevista:

<https://soundcloud.com/redebrasilatual/projeto-tira-direitos-de-servidores-publicos-e-sindicatos-se-mobilizam>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/06/2016 - RBA

# Pesquisas tentam pôr fim à 'invisibilidade' de trabalhadores

Simpósio no 4º Seminário Internacional 'O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos' permite trocar experiências sobre a investigação de documentos e mostrar o resgate de histórias que seriam apagadas



Vem o inverno e os moradores de rua até podem receber ajuda solidária, de entidades humanitárias e grupos voluntários, mas isso não muda sua condição, marcada pela "invisibilidade" – a pessoa é ignorada nas ruas, vítima de uma atitude que está naturalizada na sociedade. Da mesma forma, enquanto a mídia e entidades ambientais defendem o uso do etanol para reduzir os impactos ambientais dos automóveis, cortadores de cana-de-açúcar, muitos deles migrantes que trabalham na safra desse combustível, adoecem entre dez e 15 anos de atividade, exauridos por um ritmo cruel e desumano, assentado na forma de pagamento por produção.

"É preciso tirar esse problema da invisibilidade", diz a pesquisadora Tainá Reis de Souza, doutoranda da Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Segundo dados que ela cita de outros estudos, um cortador desfere cerca de 3.500 golpes por dia, trabalhando com frequência cardíaca de 200 batimentos por minuto, e com queima de 3.500 quilocalorias, o que o obriga a ingerir oito litros de água durante esse processo.

"Os cortadores perdem sais minerais, sofrem câibras no corpo inteiro com frequência, às vezes a

câibra é tão forte que chegam a urinar e defecar e há até casos de morte por exaustão", afirma a pesquisadora, destacando que o ciclo de abraçar a cana e golpear o facão consome apenas 5 segundos para que a produção do cortador seja elevada ao máximo. "O aumento da produção depende da capacidade física, de quanto consegue colocar seu corpo à prova", afirmou. Ela diz também que a mecanização do corte nas usinas não chega a pôr fim na necessidade do corte manual, ou porque há áreas que a máquina não alcança ou por outra razão.

Tainá apresentou a experiência de sua pesquisa ontem (9), em um encontro com pesquisadores de diferentes universidades do país, que investigam problemas de gênero, raça e classe social no cotidiano dos trabalhadores. O encontro foi realizado durante o segundo dia do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória, Verdade, Justiça e Reparação, no Sindicato dos Químicos de São Paulo. O seminário é promovido pela CUT e pelo Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, desde quarta-feira e termina hoje (10).

"Nas pesquisas surgem as dificuldades que os trabalhadores passam no capitalismo, a gente sabe que é um mundo absorvido pela exploração", afirma a coordenadora do encontro, a pesquisadora Lorena Almeida Gill, da Universidade Federal de Pelotas, onde atua com o Núcleo de Documentação Histórica. O núcleo mantém acervos sobre o mundo dos trabalhadores, como uma documentação da Justiça do Trabalho com 100 mil processos trabalhistas entre 1941 e 1995, e todo o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1930 e 1960. Há ainda o acervo da Laneira Brasileira S.A., indústria de lã fundada em 1945 em Porto Alegre e transferida para Pelotas em 1948.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

“Invisibilidade. É isso o que eu senti porque os ferroviários desapareceram da história local, porque a Rede (Rede Ferroviária Federal S.A.) foi privatizada”, disse a pesquisadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Rosângela Petuba. Ela contou que a paranaense Ponta Grossa era uma cidade profundamente identificada com a categoria dos ferroviários, mas que com o processo de privatização da empresa iniciado por Fernando Collor em 1992 e levado a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso toda a documentação histórica da empresa não pôde ser mais encontrada. “Os marcos da presença dos ferroviários na cidade vão se tornando invisíveis”, disse, depois de destacar que a cidade tinha também escola, cooperativa,

time de futebol e hospital ligados a esses trabalhadores. “Collor na tevê chamou os ferroviários de vagabundos”, lembrou.

Para preservar a memória dos trabalhadores face ao poder destrutivo do processo de privatização, Rosângela teve de optar pela busca de fontes orais, retomando trajetórias individuais e coletivas. Ela também consultou atos da Câmara Municipal para identificar e preservar o modo de viver dos ferroviários. “A elite do passado se tornou o inimigo a ser abatido”, afirmou a pesquisadora, sobre o contexto em que os funcionários públicos passaram a ser demonizados pela mídia.

12/06/2016 - Vermelho

## Dia de Combate ao Trabalho Infantil alerta para cadeia produtiva

O tema Não ao Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva foi escolhido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como mote para o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, lembrado anualmente em 12 de junho.

O objetivo é erradicar o trabalho infantil em atividades que envolvem a produção e comercialização de produtos, alertando a sociedade para uma prática irregular e estimulando a denúncia em casos de exploração de menores.

A temática escolhida para este ano coincide com os debates da 105ª Conferência Internacional da OIT, que ocorre em Genebra, e tem como foco a apresentação de um relatório sobre as cadeias produtivas.

Cadeia Produtiva é o conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se assim, em segmentos (elos) de uma corrente.

Famílias contratadas por empresas contam com a mão de obra de seus filhos, com menos de 18 anos, para realizar tarefas ou produzir insumos que são incorporadas aos produtos de grandes e médias cadeias produtivas, que pode esconder o trabalho precarizado em algum nível.

A secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Oliveira, explica que a maioria dos casos funciona normalmente assim: o pai da criança é contratado para um serviço, de pedreiro, por exemplo, e leva o filho à obra como

ajudante. Ou a família é contratada para prestar serviço a uma empresa de sapatos, e a criança fica com a tarefa de prender as tachinhas da decoração do sapato. A criança não é contratada diretamente, mas ela entra na cadeia produtiva, afirma Isa.

### Ganhar notoriedade

De acordo com a diretora de Direitos Humanos e Cidadania da Associação dos Magistrados da Justiça do trabalho (Anamatra), Noemia Porto, a mobilização em torno do combate ao trabalho infantil nas cadeias produtivas precisa ganhar notoriedade, para chegar a toda a sociedade.

“A Constituição estabelece, com absoluta prioridade, a proteção à criança, ao adolescente e ao jovem. Por isso, é necessário alertar para situações desse tipo de exploração do trabalho infantil. O poder público tem o dever de empreender fiscalização eficiente. As empresas, independentemente da posição que ocupem na cadeia produtiva, devem monitorar todas as atividades, agindo corretamente em situações desse tipo, impedindo o trabalho dos menores”, alerta Noemia Porto.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/282157-1>



# Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/06/2016 - Carta Maior

## Não há meias palavras: é golpe!

O Governo Federal brasileiro encontra-se sob intervenção judicial. A Presidente da República foi afastada do cargo com todos os ritos formais cumpridos – aprovação por maioria qualificada na Câmara, maioria simples no Senado e chancela do Supremo. Na aparência, tudo na mais perfeita ordem.

No entanto são irônicos aqueles que usam esses argumentos para defender a legitimidade do processo. Não houve crime cometido de maneira intencional e na gravidade necessária para o afastamento da mandatária, durante seu mandato de Presidente. Na realidade, nem crime houve. E todos sabem que em cada uma dessas instâncias ocorreram julgamentos políticos, no sentido pequeno da palavra, de acordos e negociatas visando a implantação de um governo com novo arranjo de poder.

Aos que compreendem esse enredo, não há meias palavras, é golpe. E golpe organizado por um rígido cronograma midiático, que durante dois meses publicou, toda 6ª feira, uma nova notícia ou factóide oriundo de vazamentos policiais, judiciais ou provenientes de boatos. E durante todos finais de semana, nesses 8 finais de semana, ficaram ressoando na população como ilícitos de um único mal – o governo do PT.

Tal campanha foi suficiente para reavivar o movimento em declínio, favorável ao impeachment. Até o inesquecível 13 de março em que “o Brasil” foi as ruas, no maior espetáculo midiático visto em terras tupiniquins. A partir das 7 da manhã, diversos canais de televisão estiveram posicionados para mostrar o local onde se dariam as passeatas e convocavam os telespectadores a participarem. Comentaristas inflamavam o ódio que justificava a ida para as ruas, destilando comentários e retrospectivas de “todos” os escândalos (sendo o “todos” referente a apenas um partido). Rádios transmitiam campanhas contra a corrupção, grande mal do país, que seria combatido com a queda do governo. E os flashes ao vivo na TV mostravam sempre mais gente do que existia ali.

Ressalva seja feita: mesmo que fosse a maior manifestação da história, jamais seria correspondente aos 54 milhões de votos que haviam eleito o governo. Mais que isso, dias antes e dias depois, outras manifestações também ocorreram, sem mídia ou cobertura, em tamanhos próximos àquele do dia 13, mostrando que na rua,

não havia necessariamente um consenso ou maioria. Pesquisas de opinião foram fartamente divulgadas para provar que não havia mais apoio ao governo em exercício – mesmo que nas ruas se vissem mais pessoas do que aquelas que mostravam as pesquisas. E os perfis dos que se manifestaram eram muito parecidos dos dois lados = majoritariamente branco, de meia idade e alta renda. Ou seja, o povão mesmo não tinha ido à público. Como pesquisa de opinião nunca elegeu governo, seria preciso um plebiscito ou novas eleições para provar a mudança dos ventos – do contrário, o pleito realizado em 2014 seguia válido.

A cereja do bolo golpista vem de notícias do momento das votações nas quais o Vice-Presidente, sucessor em caso de afastamento, se apresentou como um ativo articulador do processo. Sem que se acusasse o crime de traição, recepções no Residência Oficial à volta para Brasília no dia de votação na Câmara dos Deputados, eram muitos os fatos públicos. Com as novas delações já do período de afastamento (que vazam agora, apesar de terem sido gravadas antes das votações) começam a aparecer fatos privados que apenas aumentam a clareza do ocorrido, mas em nada mudam seu enredo. Uma vez mais, enredo do golpe.

O problema é que mesmo com tantos fatos e clarezas sobre a situação, parece que o cotidiano segue em sua normalidade democrática. Mesmo sem votos, e com muitas trapalhadas, é o governo que está em exercício e segue funcionando para o conjunto da população. E se no governo, foco do golpe, parece tudo normal, no restante da sociedade essa normalidade é maior ainda. O pipoqueiro segue vendendo sua pipoca, o hot-dog abrindo regularmente; o banco com seu expediente regular, as escolas, hospitais, trânsito e problemas com operadoras de celular. Parece que nada mudou. Mas mudou: o poder com maior presença na vida de todos os cidadãos do país está sendo conduzido por um sujeito que deu um golpe e um conjunto de funcionários de confiança dele que com a mesma falta de legitimidade estão dando ordens por todo Brasil.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/06/nao-ha-meias-palavras-e-golpe.html>